

Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914 CNPJ 27.165.737/0001-10

LEI N.º 2.918/2017, DE 18 DE MAIO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO E PARTICULAR, EM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Baixo Guandu — ES APROVOU e ele SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a instituir, na administração pública direta e autárquica do Município, estágio curricular e não curricular a estudantes regularmente matricula em cursos vinculados ao ensino público e particular, observando o que dispõe a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§1º Os estudantes a que se refere o caput deste artigo devem, comprovadamente, estar frequentando o ensino médio, ensino técnico profissionalizante, superior e pós gradução.

§2º O estágio tem por objetivo propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, e deve ser planejado, desenvolvido, supervisionado e avaliado em conformidade com os currículos e programas escolares.

Art. 2º. O estágio de que trata esta Lei poderá ser:

 I – obrigatório: é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

 II - não obrigatório: é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Art. 3º. No interesse da Administração Municipal poderão ser celebrados convênios, com entidades públicas ou privadas, visando a oferta de estágios voluntários não remunerados, em atendimento a complementação curricular.

Parágrafo único. Compete à conveniada as obrigações legals relativas a oferta de estágio, em específico a realização do seguro obrigatório.

Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo CEP 29,730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914 CNPJ 27,165,737/0001-10

- Art. 4º. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Administração Municipal, e se revestirá sob a forma de complementação educacional, ressalvando o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o aluno, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.
- Art. 5º. Na hipótese de estágio não obrigatório, o estagiário fará jus a uma bolsa-auxílio, conforme tabela do Anexo Único desta Lei.
- § 1.9 Compete a concedente contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, quando o estágio não for obrigatório.
- § 2.º Não fará jus à percepção dos valores relativos à bolsa de estágio, o estudante que exercer cargo ou emprego na administração pública municipal, estadual e federal.
- Art. 6º. O estágio será realizado e desenvolvido mediante Termo de Compromisso celebrado entre alunos e Administração Municipal, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, observadas as seguintes condições:
 - I celebração de convênio entre a Administração Municipal e a instituição de ensino;
- II assinatura do Termo de Compromisso pelo aluno ou por seu responsável, quando menor de 18 anos, pela Administração Municipal, e pela instituição de ensino, observada a idade mínima de 16 anos;
- III valor da Bolsa de Complementação Educacional a ser paga pela Administração
 Municipal;
- IV contraprestação, pelo estagiário, por meio de atividades definidas no Termo de Compromisso;
- V correção comprovada entre as atividades desenvolvidas no estágio e a área de formação escolar do estudante.
- Art. 7º. A duração do estágio, não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.
- \$1º Considera-se portador de deficiência o estudante que se enquadra nas definições do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, devendo a deficiência ser comprovada mediante apresentação de atestado médico que conste o CID, a espécie, o nível ou grau de deficiência.

mp.

Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo CEP 29,730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914 CNPJ 27,165,737/0001-10

§2º Fica assegurado ao estudante portador de deficiência o percentual de 10% (dez por cento), cuja formação e atividade sejam compatíveis com o estágio ofertado e a capacidade do estagiário.

Art. 8º. A seleção de candidatos ao estágio será realizada pela parte concedente, através de seu órgão competente.

§1º A autorização para contratação de estagiários dependerá da disponibilidade orçamentária e financeira do órgão demandante

Art. 9º. A quantidade de vagas para estágios será estabelecida anualmente, podendo a definição recair individualmente por modalidade ou etapa de ensino e por curso de formação profissional

§1º A oferta e o preenchimento das vagas definidas serão efetivados por edital público que especificará os critérios de participação e de seleção.

§2º Quando se tratar de vagas para estudantes de nível médio não profissionalizante, deverá ser atendida a proporção em relação ao quadro de pessoal de que cuida o art. 17, caput e §§ 1º a 3º da 11.788, de 25 de setembro de 2008.

\$3º Não se aplica o disposto no §2º deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio/técnico profissional.

§4º Para fins de aplicação da legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho, o estagiário selecionado será submetido à inspeção do serviço médico oficial da parte concedente ou, em sua falta, de quem esta indicar.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Administração, por meio do órgão de recursos humanos responsável pelas atividades de recrutamento e seleção, a gestão operacional das atividades relativas a estágio.

Art. 11. A Administração poderá recorrer, para efeitos de seleção e administração, por meio de contrato, aos serviços de agentes de integração que atuam junto ao sistema de ensino e à comunidade.

§1º Para fins de atendimento ao caput deste artigo, os agentes de integração deverão ser entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espirito Santo CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914 CNPJ 27.165.737/0001-10

§2º Fica assegurado ao estudante portador de deficiência o percentual de 10% (dez por cento), cuja formação e atividade sejam compatíveis com o estágio ofertado e a capacidade do estagiário.

Art. 8º. A seleção de candidatos ao estágio será realizada pela parte concedente, através de seu órgão competente.

§1º A autorização para contratação de estagiários dependerá da disponibilidade orçamentária e financeira do órgão demandante

Art. 9º. A quantidade de vagas para estágios será estabelecida anualmente, podendo a definição recair individualmente por modalidade ou etapa de ensino e por curso de formação profissional

§1º A oferta e o preenchimento das vagas definidas serão efetivados por edital público que especificará os critérios de participação e de seleção.

§2º Quando se tratar de vagas para estudantes de nível médio não profissionalizante, deverá ser atendida a proporção em relação ao quadro de pessoal de que cuida o art. 17, caput e §§ 1º a 3º da 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§3º Não se aplica o disposto no §2º deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio/técnico profissional.

§4º Para fins de aplicação da legislação relacionada à saúde e à segurança no trabalho, o estagiário selecionado será submetido à inspeção do serviço médico oficial da parte concedente ou, em sua falta, de quem esta indicar.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Administração, por meio do órgão de recursos humanos responsável pelas atividades de recrutamento e seleção, a gestão operacional das atividades relativas a estágio.

Art. 11. A Administração poderá recorrer, para efeitos de seleção e administração, por meio de contrato, aos serviços de agentes de integração que atuam junto ao sistema de ensino e à comunidade.

§1º Para fins de atendimento ao caput deste artigo, os agentes de integração deverão ser entidades públicas ou privadas sem fins lucratiyos.

Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo CEP 29.730-000 - Tel/Fax; (27) 3732-8914 CNPJ 27.165.737/0001-10

§2º Para a obtenção e realização do estágio é vedada qualquer tipo de cobrança ao aluno.

- Art. 12. Compete aos agentes de integração:
- I pesquisar e identificar a exigência de oportunidades de estágios e informar às instituições de ensino;
- II prestar serviços administrativos, providenciando o cadastramento de instituições de ensino e de alunos;
- III selecionar os alunos, obedecidos aos requisitos do §1º do art. 1º desta Lei, e encaminha-los à Administração Municipal.
- Art. 13. O estágio terá duração máxima de 02 (dois) anos, não sendo permitida renovação.
- §1º Poderá ser assinado Termo de Compromisso por 06 (seis) meses, permitida renovação por igual período, até o limite temporal estipulado no prazo previsto no *caput*.
 - §2º Extingue-se o estágio:
 - I pela não renovação do Termo de Compromisso até a data de seu vencimento;
 - II pelo decurso do período de 02 (dois) anos;
 - III por desistência, por escrito, do estagiário;
- IV por falta, sem motivo justificado por 05 (cinco) dias consecutivos, ou por 08 (oito) dias interpolados no período de 30 (trinta) dias;
 - V por conclusão do curso;
 - VI em caso de reprovação ou interrupção do curso;
- VII por iniciativa da Administração Pública, a qualquer momento, no caso de descumprimento das obrigações assumidas pelos estagiários, ou conduta contraditória às normas disciplinares estabelecidas para os servidores públicos municipais.
 - Art. 14. A jornada de atividade em estágio será de.

Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914 CNPJ 27.165.737/0001-10

 I - 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação

de jovens e adultos;

II - 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino

superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§1º A menção da jornada deverá constar do termo de compromisso e deverá ser

compatível com as atividades escolares e com o horário de funcionamento do órgão;

§2º o estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não

estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde

que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§3º A Administração Municipal poderá utilizar estagiários em atividades de caráter não

permanente para atendimento a projetos municipais, com duração inferior a 06 (seis) meses.

§4º É responsabilidade da instituição de ensino comunicar à parte concedente do

estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Art. 15. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou

superior a 01 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente

durante suas férias escolares.

§1º o recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa.

§2° Se o estágio for extinto antes do término de sua vigência, pela ocorrência das

hipóteses previstas no § 2º incisos III, IV e VI do art. 13, o estagiário perderá os dias de recesso ainda

não usufruídos, sendo vedada a indenização pelo valor correspondente.

Art. 16. O estagiário deverá registrar, através do meio adotado, diariamente sua

frequência.

Art. 17. O pagamento da bolsa de estágio será efetuado mensalmente através de

recursos orçamentários próprios de cada órgão da parte concedente, através de pagamento

específico.

Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo CEP 29,730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914 CNPJ 27,165,737/0001-10

- I 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;
- II 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.
- §1º A menção da jornada deverá constar do termo de compromisso e deverá ser compatível com as atividades escolares e com o horário de funcionamento do órgão;
- \$2º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.
- §3º A Administração Municipal poderá utilizar estagiários em atividades de caráter não permanente para atendimento a projetos municipais, com duração inferior a 06 (seis) meses.
- §4º É responsabilidade da instituição de ensino comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.
- Art. 15. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a O1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.
 - §1º O recesso deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa.
- §2° Se o estágio for extinto antes do término de sua vigência, pela ocorrência das hipóteses previstas no § 2º incisos III, IV e VI do art. 13, o estagiário perderá os dias de recesso ainda não usufruídos, sendo vedada a indenização pelo valor correspondente.
- Art. 16. O estagiário deverá registrar, através do meio adotado, diariamente sua frequência.
- Art. 17. O pagamento da bolsa de estágio será efetuado mensalmente através de recursos orçamentários próprios de cada órgão da parte concedente, através de pagamento específico.



Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo CEP 29.730-000 - Tel/Fax: (27) 3732-8914 CNPJ 27.165.737/0001-10

Art. 18. Os órgãos ou entidades públicas que na data de publicação desta Lei possuírem estagiários deverão proceder à devida adequação da realização do estágio, segundo as normas aqui estabelecidas.

Art. 19. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no orçamento, podendo o Chefe do Poder Executivo proceder à abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Art. 21. Revoga-se a Lei 1896/99, 2.213/2005, 2.313/2006, 2349/2006 e a Lei 2523/2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos dezoito dias do mês de maio de 2017.

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 18 de maio de 2017.

ADONIAS MENEGÍDIO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças



Rua Francisco Ferreira, nº 40 Centro - Baixo Guandu - Espírito Santo CEP 29.730-000 - Tol/Fax: (27) 3732-8914 CNPJ 27.165.737/0001-10

ANEXO ÚNICO

ALUNOS MATRICULADOS EM: Ensino médio	VALOR DA BOLSA R\$533,00
Ensino Superior Pós graduando	R\$937,00
	R\$1.207,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIXO GUANDU ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicação Mural – Art. 90, Lei 1380/90 – Emenda 013/2005)

ADONIAS MENEGÍDIO DA SILVA, Secretário Municipal de Administração e Finanças, por nomeação na forma da Lei.

CERTIFICA, ter sido afixado, na data infra, no Mural da Prefeitura Municipal de Baixo Guandu – ES, a Lei nº 2.918, de 18 de maio de 2017, que "dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de Ensino Público e Particular, em Órgãos da Administração Pública Direta e Autarquia do Município", nos termos do disposto no Art. 90, inciso II, da Lei Municipal nº 1380, de 05 de abril de 1990 – LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Baixo Guandu (ES), 18 de maio de 2017.

ADONIAS MENEGIDIO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças